



Uma experiência de Educação Popular e Alternativa na Bolívia Interculturalidade e Diversidade nas Ações Educacionais

Jéssica Lorena Mainardes da Silva¹

RESUMO

A Educação Popular e Alternativa apresenta uma trajetória bastante dinâmica na América Latina, incorporando mais recentemente o conceito de *buen vivir* das populações indígenas. Este relato de experiência tem como objetivo descrever um estudo de caso realizado em uma comunidade indígena originária campesina, no bairro Apaña, na cidade de Palca, Bolívia, em 2015, para a disciplina de Educación Barrial, em um intercâmbio entre o curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Paraná, e o curso de Ciencia de la Educación, da Universidad Mayor de San Andrés, em La Paz, Bolívia. Em um grupo de cinco estudantes, trabalhamos com uma comunidade que pedia pela implantação de água encanada. Utilizando-nos de metodologias participativas, construímos um diagnóstico para ser utilizado pela própria comunidade para a obtenção deste direito e um grupo de dirigentes comunitários foi espontaneamente formado para dar entrada neste processo com o governo local. A Constituição Boliviana, de 2009, reconhece a educação alternativa como modalidade oficial do sistema educativo em consonância com os direitos dos povos. Esta foi uma das experiências proporcionadas por este intercâmbio e que me levou a seguir na área de Educação Popular e Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação Popular e Alternativa; Intercâmbio; Bolívia; métodos participativos.

1. INTRODUÇÃO

Uma das oportunidades abertas aos estudantes de graduação é um intercâmbio acadêmico. Obviamente é uma questão que surge considerando muitas outras variáveis, como possibilidades de financiamento, período do curso, convênios entre a universidade de origem e as possíveis universidades de destino, apoio familiar, apoio da própria coordenação do curso, resposta da universidade de destino escolhida, programas de fomento ao intercâmbio estudantil, domínio de uma língua estrangeira, entre tantas outras.

Muitas vezes questionado sobre sua validade para estudantes de graduação, aqui relato uma experiência que surgiu a partir de um intercâmbio para a Bolívia, indo como estudante de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná para estudar Ciencia de la Educación na Universidad Mayor de San Andrés, no primeiro semestre de 2015. E posso afirmar que foi uma experiência muito significativa em minha formação.

¹Mestranda em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. mainardes.lorena@gmail.com



O artigo está dividido em dois momentos: uma contextualização, primeiramente da Bolívia, para tentar explanar a partir da Constituição Federal e da Lei da Educação de 2010, um pouco das especificidades das populações em território boliviano e das proposições políticas para as mesmas; em seguida uma breve contextualização da realização do intercâmbio, uma vez que este foi fruto de um convênio entre universidades na América Latina pela Asociación de Universidades Grupo Montevideo e recebeu financiamento tanto da universidade de origem quanto da de destino. Em um segundo momento relato a experiência em si.

2. DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

2.1 A Bolívia

Muito se tem dado atenção recentemente ao conceito de *buen vivir*, trazido pelas comunidades indígenas originárias em sua historicidade e processos de resistência por toda América Latina. E isso vem levantando discussões acerca do desenvolvimento tradicional pautado no sistema capitalista nos países dessa região e inclusive impactando Constituições como a do Equador (2008) e a da Bolívia (2009), em que se inclui o direito dos povos como máxima soberana a esta nação.

Aqui, para falar especificamente da Bolívia, cabe esclarecer que sua Constituição (2009) afirma a existência de trinta e seis povos e línguas – além do castelhano – sendo esses os povos indígenas originários camponeses e se constitui, segundo o artigo 1º de sua Constituição, em “um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário” (2009, p. 11). Sua Constituição assegura o direito de seus cidadãos à educação e a responsabilidade do Estado e da sociedade de garantir a educação em todas suas modalidades (Educação Regular, Educação Alternativa e Educação Especial, Educação Superior de Formação Profissional), em seus diferentes níveis. Para tanto, afirma a Constituição que a educação é “unitária, pública, universal, democrática, participativa, comunitária, descolonizadora e de qualidade” (UNESCO, 2010).

Assim, conforme o artigo 3 da Lei da Educação “Avelino Siñani-Elizardo Pérez” n.º 070 de 20 de dezembro de 2010, e em conformidade com a Constituição de 2009, a educação está fundamentada nas seguintes bases:



1. É descolonizadora, liberadora, revolucionária, anti-imperialista, despatriarcalizadora e transformadora das estruturas econômicas e sociais; orientada à reafirmação cultural das nações e povos indígenas originários camponeses, as comunidades interculturais e afrobolivianas na construção de um Estado Plurinacional e o Vivir Bien.

(...)

6. É laica, pluralista e espiritual, reconhece e garante a liberdade de consciência e de fé e do ensino da religião, assim como a espiritualidade das nações e povos indígenas originários camponeses, fomenta o respeito e a convivência mútua entre as pessoas com diversas opções religiosas, sem imposição dogmática, e propiciando o diálogo interreligioso.

(...)

11. É uma educação da vida e na vida, para Vivir Bien. Desenvolve uma formação integral que promove a realização da identidade, afetividade, espiritualidade e subjetividade das pessoas e comunidades. É viver em harmonia com a Mãe Terra e em comunidade entre os seres humanos.

(...)

13. A educação assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural o ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não seja fraco, não seja mentiroso nem seja ladrão), suma qamaña (Vivir Bien), ñandereko (vida harmoniosa), teko kavi (vida boa), ivi maraei (terra sem mal) e qhapaj ñan (caminho ou vida nobre), e os princípios de outros povos. Se sustenta nos valores de unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, complementaridade, harmonia, transparência, equilíbrio, igualdade de oportunidades, equidade social e de gênero na participação, bem estar comum, responsabilidade, justiça social, distribuição e redistribuição dos produtos e bens sociais, para Vivir Bien.

Para cumprir com as especificidades citadas acima e presentes na concretude da vida boliviana, a Educação Alternativa torna-se um importante elemento no sentido de permitir buscar uma educação democrática, que respeite a diversidade da sociedade boliviana, suas cosmovisões, seu desenvolvimento dentro do Vivir Bien e o respeito aos povos indígenas originários camponeses e seu domínio ancestral sobre os territórios (CONSTITUCIÓN DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA, 2009, p. 11).

Como afirmou Terrazas (2010, p. 35) “na Bolívia a trajetória da Educação popular teve uma significação especial, devida à nossa presença inegável das culturas indígenas, esta trajetória se torna enriquecedora de mãos dadas às correntes que fazem a educação popular em nossa América”. Apesar de não ser o interesse deste relato discutir as correntes de educação popular na América Latina, esta afirmação de Terrazas é importante para que não se esqueça o vínculo da Bolívia com a sua população indígena e camponesa, mesmo durante este relato.

2.2 O intercâmbio



Esta experiência relatada – ocorrida no primeiro semestre de 2015 – foi possível graças ao programa Escala de Grado da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), como estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. A universidade de destino escolhida foi a Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), em La Paz, Bolívia. O curso era Ciencia de la Educación, que tinha um currículo de cinco anos, sendo quatro anos de disciplinas de tronco comum e o último ano de uma especialização em educação, quando os estudantes deveriam escolher entre Educación Popular y Alternativa, Educación a distancia, Psicopedagogía e Administración Escolar.

Escolhi cursar cinco disciplinas da especialização em Educación Popular y Alternativa. As disciplinas eram *Teoría y Práctica de la Educación Popular Barrial*, *Historia de la Educación Popular y No Formal en América Latina*, *El Proceso de la Educación Popular en Bolivia*, *Metodología de la Educación Popular e Educación Popular y Problemática de Género*. Este trabalho é fruto da prática da disciplina de *Teoría y Práctica de la Educación Popular Barrial*, ministrada pela Professora Marcela Castro.

3. A Experiência de Educação Popular e Alternativa

Na disciplina de *Teoría y Práctica de la Educación Popular Barrial* o objetivo era praticar a Educação Popular e Alternativa em um bairro ou comunidade do município de La Paz ou município vizinho, visando, em um processo educativo, transformar a realidade da população. A avaliação da disciplina era realizada pela professora com base no trabalho efetuado no lugar, se ao final do semestre havíamos alcançado ou não os objetivos propostos em conjunto com a comunidade.

Primeiramente em grupos de cinco estudantes escolhíamos um bairro do município de La Paz ou algum município vizinho, no qual trabalharíamos com os princípios da Educação Popular e Alternativa, em conjunto com seus moradores (que previamente deveriam manifestarem-se sobre aceitar-nos ou não). O bairro escolhido foi Apaña, no município de Palca, a 37km do centro de La Paz.



Assim, tínhamos aula semanal na universidade e íamos à comunidade escolhida também semanalmente. Compreende-se que um educador popular deve participar da vida da comunidade com a qual trabalha para ser capaz de ler essa realidade sem interferências de uma realidade distinta. Portanto, é importante estar muito próximo à população do local e então compreender suas crenças, costumes, dificuldades, possibilidades, entre outras questões da vida local. Isso inclui participar das festas e comemorações, estar disposto a contribuir nos acontecimentos locais, estar disposto a conversar, inclusive fora do momento de trabalho e sobre outros assuntos que não sejam necessariamente sobre o trabalho que se faz.

Inclusive, compreender a cultura na Bolívia é fundamental: são populações muito acostumadas a realizarem festas em comunidade, normalmente religiosas, com muitas danças, comidas e bebidas, partilham de muita tradição e conhecimentos ancestrais. Inserir-se nas dimensões da vida local, então, é parte do trabalho do educador popular – e pode-se afirmar que não apenas deste profissional.



Apaña, Palca, BO. 2015. Fonte: arquivo pessoal.



Com o lugar definido, começamos a levantar informações sobre a região, especialmente a partir do Instituto Nacional de Estadística de Bolivia (INE), segundo o qual, em seu último censo, a população do município de Palca era de 16.622 habitantes (INE, 2012) dos quais 10.389 habitantes falavam idioma Aymara, 4.354 falam castelhano e os outros falam outros idiomas ou não especificaram. Concomitantemente, iniciávamos as reuniões com a comunidade do bairro. Deve-se frisar aqui, a cultura das populações indígenas e camponesas de tomarem decisões a partir da consulta do coletivo. Portanto, não éramos nós que marcávamos as reuniões, elas aconteciam todos os domingos pela manhã, nós apenas pedíamos um espaço para discutir nossa proposta. Nestas reuniões estavam presentes moradores e moradoras do bairro e os dirigentes da “junta de vecinos”, sua organização de vizinhos, da gestão de 2015.

A partir de uma roda de conversa na segunda reunião da qual participamos, apresentamos nossa proposta como estudantes do curso de Ciencia de la Educación da Universidad Mayor de San Andrés, e, a partir da técnica de chuva de ideias, pedimos para que cada participante, morador do bairro, apontasse um problema existente no local. Diferentes questões foram levantadas, como a falta de água potável e mesmo encanada em algumas partes do bairro, falta de uma escola de educação infantil, entre outras. Então, utilizando tarjetas para cada questão apontada, fomos pedindo para que eles priorizassem um problema que seria o foco do nosso trabalho durante o semestre.

O problema priorizado por todos foi a “água”, visto que não havia água potável e em algumas áreas nem mesmo água encanada, poucos tinham acesso à água de vertente e muitos compravam água do caminhão pipa (cisterna). A partir disto, elaboramos um plano de trabalho com o objetivo identificar as causas para que este bairro não possuísse água – já que vários moradores nos diziam que o processo junto ao governo local havia sido iniciado outras vezes mas até então sem sucesso; e trabalhar com eles as causas levantadas e propor, ao final, um novo plano de trabalho para ser executado junto ao governo local.

Outra questão a se ressaltar é que deveríamos trabalhar dentro do tempo da disciplina, ou seja, quatro meses. Como um processo de pedido de água pode levar mais tempo, tínhamos que propor objetivos adequados e que fossem realmente



facilitar a vida das pessoas desta região. Como já citado acima, há trinta e seis idiomas indígenas reconhecidos na Bolívia e em algumas regiões é comum que se falem dois ou mais idiomas, mas nem sempre o castelhano é um deles. Esta questão da língua se torna um grande entrave e facilita processos de dominação de quem fala castelhano sobre quem não fala.

Portanto, identificar os problemas e apresentá-los com clareza a toda à comunidade poderia contribuir muito para resolver o problema (havia entre meus colegas da universidade os que falavam Aymara e então podiam comunicar-se mesmo com os que não falavam castelhano).

Uma entrevista foi então formulada por nosso grupo para entender as causas e consequências de não haver água encanada ou potável. Foram entrevistados três grupos: estudantes do ensino médio local, dirigentes da comunidade e moradores no geral. A entrevista estava composta em cinco categorias: organização (se já se haviam organizado para ter água encanada; como se organizavam para que todos tivessem água da cisterna, etc.); econômico (quanto custa a água da cisterna; compra água para consumo fora a da cisterna, etc.); educação (existe alguma informação para tratar a água da cisterna; como chega água na escola; etc.); cultura (se se brinca com água no Carnaval – um costume da região; o que é a água para você, etc.); saúde (há alguma doença provocada pela falta de água; quais problemas enfrentados pela falta de água, etc.).

3.1 Resultados

Os resultados obtidos com as entrevistas mostraram uma situação muito bem delineada: as categorias de educação, cultura e saúde apresentavam perspectivas muito distintas entre homens e mulheres, independente do grupo (estudantes de ensino médio, dirigentes ou moradores). As mulheres identificavam problemas de saúde causados pela falta de água ou pela água contaminada que relatavam vir da cisterna; reclamavam da dificuldade de se dar banho nas crianças, lavar roupas; relatavam seus conhecimentos sobre chás para tratar as enfermidades comuns; consideravam a água um bem muito importante especialmente na sua relação com a alimentação; entre outros. Já os homens diziam “não haver doenças causadas pela



falta de água ou água contaminada", não estabeleciam relações entre alimentação e água, o cuidado com as crianças e água, ou mesmo com a própria higiene. E na dirigência da comunidade havia apenas homens.

Da mesma maneira, em relação aos custos da água da cisterna, houve divergências, porque alguns alegavam pagar, outros diziam ser gratuito. Uma falta de comunicação ou ação de má fé de alguns, dado que nem todos falam a mesma língua. Neste aspecto pouco nos aprofundamos e nossa solução, ao apresentarmos o diagnóstico, foi propor que formassem uma comissão que pudesse dar início ao processo de água encanada e potável junto ao governo local. O que fizemos, então, foi o desenho de um diagnóstico que pudesse ser utilizado por essa comissão. Neste diagnóstico constava também a proposta de ações educativas sobre tratamentos simples e sem custo para a água que vinha por cisterna e capacitação para os dirigentes para que possam dirigir de maneira transparente os problemas e necessidades da comunidade que representam.

4. CONCLUSÃO

O processo de conhecer uma nova cultura, na região dos Andes, com todas suas peculiaridades, dentro de um momento de formação acadêmica e profissional foi, com certeza, desafiador. Este intercâmbio colocou-me frente a uma situação de atuação na prática a partir do que discutímos em sala de aula semanalmente – e que meus colegas vinham discutindo em outras disciplinas de Educação Popular e Alternativa ao longo do curso. Pensar a teoria quando podes participar ativamente da realidade impacta um estudante de outras maneiras. O contato também com as particularidades da Bolívia, me fez ampliar meu horizonte de interesses e razões para terminar o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Paraná. E motivou um processo que segue até hoje: trabalhar e estudar Educação Popular e do Campo.

Em relação a esta experiência especificamente aprendi muito mais do que seria possível aprender em livros e teorias. E acredito que o intercâmbio, quando bem planejado, contribui sim à formação profissional do estudante. Aprendi que é fundamental participar para conhecer a vida da comunidade na e com a qual se



trabalha; aprendi que os momentos de confraternização são importantes para estabelecer laços de confiança entre todos. E que os valores que defendia Paulo Freire, entre tantos outros e outras educadores e educadoras populares, continuam vivos naqueles que questionam esse modo de viver que considera a dimensão econômica acima das outras.

REFERÊNCIAS

BOLÍVIA. Constitución Política Del Estado Plurinacional. 2009.

BOLÍVIA. Ley de la Educación, Avelino Siñani-Elizardo Pérez, n.º 070, 2010.

ECUADOR. Constitución de la República Del Ecuador. 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

TERRAZAS, Fernando Méndez. La Educación Popular y la lucha por el vivir bien. Asamblea intermedia de Bartolina Sisa a Mélida Amaya Montes y Monseñor Romero. El Salvador, 2010.

UNESCO. Datos Mundiales de Educación: Bolivia. 7^a ed. 2010.